

## **RESENHA: “GÊNERO E DESIGUALDADES: DESAFIOS DA DEMOCRACIA NO BRASIL”, DE FLÁVIA BIROLI**

*Bianca Briguglio*<sup>1</sup>

O livro *Gênero e Desigualdades: Desafios da Democracia no Brasil*, da professora Flávia Biroli, publicado em 2018 pela Editora Boitempo, apresenta uma síntese de vários temas importantes para o feminismo e que hoje são discutidos tanto em espaços acadêmicos como de militância, tendo como pano de fundo o cenário político brasileiro contemporâneo.

O capítulo inicial tem como propósito levar o leitor a compreender a divisão sexual do trabalho, seus princípios e consequências para a organização social, e a forma como se organiza um sistema de gênero, assim como a imbricação das relações de gênero, classe e raça. Esse pressuposto é fundamental para o raciocínio que a autora desenvolve sobre o trabalho de cuidados, o direito das mulheres ao próprio corpo e a existência de uma verdadeira democracia – seus limites reais.

Já nos anos 1970, o movimento feminista revolucionou o mundo do trabalho ao trazer a atividade doméstica, realizada em nome do amor e do cuidado com a família, para o centro do debate, denunciando que se tratava de uma ocupação exclusivamente desempenhada por mulheres, que muitas vezes não tinham condição para realizar trabalho profissional em função da quantidade de tarefas “invisíveis” do lar. De lá para cá, muitas barreiras caíram e cada vez mais as mulheres ocupam espaços

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Ciências Sociais no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, Mestre em Educação pela Faculdade de Educação da mesma universidade. Pesquisa relações de gênero e trabalho, divisão sexual do trabalho e desigualdades entre homens e mulheres.

no mercado de trabalho profissional, inclusive em atividades que eram tradicionalmente masculinas. Entretanto, o trabalho doméstico continua sendo uma responsabilidade eminentemente feminina e constitui uma questão social fundamental.

A autora enfatiza a significativa separação entre as mulheres, considerando as relações de classe e raça, que aprofundam os desafios dos feminismos ao contemplar as desigualdades colocadas para as mulheres em relação aos homens, mas também entre as próprias mulheres. A divisão desigual do trabalho doméstico, que continua a recair com muito mais peso sobre as mulheres, torna-se um obstáculo ainda maior para as negras e mais pobres, na medida em que a terceirização desse trabalho é mais difícil, e sobretudo quando são elas que realizam esse trabalho profissionalmente em outros lares. No Brasil, principalmente a partir da PEC 72/2013 (vulgarmente conhecido como PEC das Domésticas), a discussão se ampliou, e somente em 2015 as empregadas domésticas conquistaram o direito de fazer parte do conjunto de trabalhadores, gozando dos mesmos direitos que todos os outros.

Ao discutir a família e maternidade, Flávia Biroli contrapõe-se constantemente ao discurso conservador e antifeminista de valorização da família, como esse espaço nuclear naturalizado, de papéis sociais masculino e feminino muito bem definidos, o que é urgente nos dias de hoje. Cada vez mais, esse discurso ganha força, social e politicamente, para além dos grupos religiosos, não apenas do ponto de vista da retórica, e sua crítica é fundamental.

A ideia de “escolha” é questionada pela autora em diversos momentos, o que possibilita levar a discussão para além dos muros da universidade. Trata-se de um argumento que ainda é muito comum, principalmente para pessoas que não estão familiarizadas com os debates do feminismo. A ideia de que arranjos familiares, trabalho doméstico, maternidade, cuidado de crianças, idosos ou pessoas que necessitam de atenção são resultados de uma escolha individual, consciente, feita pela mulher, ainda que condicionada pelas circunstâncias, é equivocada e também perversa - o que Flávia Biroli desmistifica repetidas vezes em seu livro. As condições em que são realizadas as “escolhas”, principalmente

a forma como se imbricam relações de poder na nossa sociedade, criam limites e circunscrevem determinados grupos, principalmente as mulheres negras, a determinados espaços e papéis sociais, onde não é justo falar em termos de escolhas individuais.

Esse ponto é ainda mais relevante no quarto capítulo, sobre o direito ao corpo e autonomia das mulheres, e a polêmica em torno do aborto no Brasil. Esse é o assunto que está na mira de diversos grupos conservadores e tem mobilizado um movimento em direção à restrição de direitos das mulheres e pessoas LGBT em diversos países ao redor do globo. Biroli tem o cuidado de descrever uma série de interesses e disputas políticas que estão em jogo, observando as diferenças entre os países do Hemisfério Norte (principalmente os Estados Unidos) e o contexto latino-americano. Ela também procura diferenciar os grupos conservadores que atuam com uma agenda bem clara contra o aborto e os direitos sexuais e reprodutivos, especialmente aqueles ligados às igrejas e frentes religiosas, que no Brasil vêm ganhando mais força conforme defendem o que aparenta ser uma agenda moral, mas que, na verdade, contém interesses econômicos e políticos de manutenção de privilégios.

Seria enriquecedor para o trabalho uma reflexão sobre o porquê da força desses grupos ligados a igrejas nos espaços políticos e no próprio Congresso Nacional, ainda mais considerando a temática da democracia. Principalmente nas periferias das grandes metrópoles brasileiras e de zonas rurais (mas não apenas), as igrejas atuam cada vez mais no sentido de fortalecer um sentimento de comunidade ao acolher as pessoas que passam por dificuldades, sejam financeiras, familiares ou de outras naturezas. Em um ambiente bastante desolador, em que os serviços e equipamentos públicos são ruins, em que o Estado é omisso e violento, em que os partidos políticos são ausentes e política é “assunto que não se discute”, as igrejas se constituem espaços fundamentais de convivência, acolhimento, elaboração de um propósito e sentido de vida. Essa força se revela principalmente diante da capacidade que as lideranças das igrejas demonstram em mobilizar votos em períodos eleitorais, muito embora sua atuação e os interesses que defendem estejam muito longe dos seus eleitores.

O uso do tempo é um tema que percorre todos os capítulos do livro. É uma questão central para compreender como homens e mulheres atuam na sociedade, e nesse sentido, a divisão sexual do trabalho nos oferece uma explicação profícua sobre como as relações de gênero, classe e raça concorrem para determinar espaços sociais. A questão final do livro, a participação democrática, entretanto, traz um rico histórico do movimento feminista no Brasil, considerando os movimentos de mulheres antes, durante e depois da ditadura militar, observando as nuances do enfrentamento do machismo e misoginia na sociedade, nos movimentos e no Estado. Mas deixa de retomar a questão a partir dessa perspectiva: afinal, quem tem tempo de fazer política?

A pretensão da autora parece ser a de sistematizar uma série de debates fundamentais para o feminismo e a discussão de gênero na atualidade, principalmente no campo acadêmico, mas não apenas, a partir de bibliografia majoritariamente francesa e anglófona, além da brasileira. Levantando questões caras ao feminismo e promovendo um percurso intelectual de síntese, a autora nos permite conhecer de forma objetiva como se construíram determinados debates e como o feminismo chegou a alguns consensos. Mesmo em seus trabalhos anteriores, como “Feminismo e Política” (2014) – escrito com Luís Felipe Miguel, e “Autonomia e Desigualdades de Gênero: contribuições do feminismo para a crítica democrática” (2013), Flávia Biroli já pensava para além dos conceitos e o campo limitado que eles inscrevem, mas as relações entre eles e o movimento real da transformação no cotidiano.

O texto tem um tom altamente pedagógico. A autora navega pelos temas do feminismo e a imbricada rede em que autoras se aproximam e se distanciam, promovendo acalorados debates e permitindo a(o) leitor(a) um caminho claro por onde seguir, caso pretenda aprofundar alguns temas ou perseguir determinadas discussões. A questão pedagógica do texto se torna ainda mais patente a partir de uma série de vídeos com a própria autora, realizados pela Boitempo, nos quais ela discute os assuntos abordados no livro.

Dividido em cinco capítulos, o livro abrange os desafios que se colocam para as mulheres brasileiras neste momento. A participação

política delas parece ser o horizonte da obra, mas a verdadeira riqueza do livro está no caminho traçado pela autora até chegar ao tema principal, que são as desigualdades sociais de gênero que implicam na participação política das mulheres. O percurso começa com o capítulo dedicado à divisão sexual do trabalho. Esta representa uma grande batalha que as feministas lutam há muitos anos, mas em que ainda há muito por fazer. O capítulo seguinte faz reflexões especificamente sobre os trabalhos de cuidado e responsabilidades, essa dimensão fundamental da divisão sexual do trabalho, que constitui um tema relativamente novo em instituições acadêmicas e quase inédito nos movimentos sociais.

O terceiro capítulo se concentra na questão da família e da maternidade, a partir do pressuposto de que a família é uma construção social localizada na história, e não um dado da natureza, ou seja, não existem famílias naturais e famílias não naturais. Trata-se de um argumento central para o debate hoje, principalmente na arena política. O quarto capítulo, “Aborto, sexualidade e autonomia”, aborda discussões polêmicas e fundamentais que tem balizado a atuação de diversos grupos políticos conservadores nas instâncias de poder no Brasil. Finalmente, o livro termina com uma reflexão sobre “Feminismos e atuação política”.

Este é um trabalho importante e pode ser uma poderosa ferramenta, em especial para alguém que está começando a se informar ou pesquisar as relações de gênero. A proposta da autora em tornar a discussão clara, mais do que postular ou comprovar teorias, torna esta obra fundamental para os/as pesquisadores/as da área.

O livro discute o momento presente, o que é em si um grande desafio. Apoiar-se em bibliografia e estudos muito recentes e atuais, que conferem um ritmo dinâmico ao texto, com riqueza descritiva. O diálogo constante que a autora estabelece com a atualidade brasileira, inclusive sua opção política de discutir recentes transformações a partir do golpe parlamentar de 2016, que depôs a presidenta eleita, Dilma Rousseff, evidencia o campo político no qual ela se insere e nos permite refletir sobre recentes mudanças, algumas das quais ainda em curso. Sua análise revela um movimento perverso em que questões que foram politizadas e discutidas publicamente passam a ser tratadas como questões privadas

e individuais, o que vai na contramão de quase 60 anos de movimentos feministas no Brasil, mas em consonância com o “adensamento da lógica econômica neoliberal” (p.204) que vem se consolidando desde o golpe de 2016.

Submetido em 19/05/2018.

Revisado em 20/06/2018.

Aceito em 06/08/2018.